

ENIC-BH<sup>2013</sup>

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS-BH

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS-BH

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS – BRASIL 24 E 25 DE OUTUBRO DE 2013

**CHAMADA DE TRABALHOS:** A comissão técnico-científica do ENIC-BH 2013 convida à submissão de trabalhos técnicos para apresentação e discussão no evento.

**INSTRUMENTALIZAÇÃO EM PESQUISA**

Ensino - Investigação - Tecnologia

**Áreas do Conhecimento****CBS** - Área de Ciências Biológicas e da Saúde**CET** - Área de Ciências Exatas e da Terra**CSA** - Área de Ciências Sociais Aplicadas**CH** - Área de Ciências Humanas**PÚBLICO**

*Público em geral, docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação, pesquisadores, técnicos ou profissionais das áreas do conhecimento.*

**CALENDÁRIO**

*Envio dos resumos: até o dia 28/06/2013, em primeira chamada, e até o dia 09/08/2013, em última chamada. Comunicação de aceite dos resumos: 02/09/2013*

**CATEGORIAS, TAXAS E PERÍODOS DE INSCRIÇÃO**

<b>Categoria</b>	<b>Pagamento até 28/06/2013</b>	<b>Pagamento até 09/08/2013</b>	<b>Pagamento após 09/08/2013 (sem submissão de resumos)</b>
Docentes, Discentes e funcionários da FAMINAS	R\$ 80,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Docentes, Discentes e funcionários de outras instituições e demais interessados	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00

Preencher a ficha de inscrição disponibilizada no site [www.faminasbh.edu.br](http://www.faminasbh.edu.br) e imprimir o boleto bancário, com vencimento em três dias.

**Atenção!**

- Não haverá devolução da taxa de inscrição após a efetuação da inscrição, mesmo quando o resumo não tiver sido aprovado;
- Os resumos deverão ser encaminhados, junto com uma cópia do boleto de pagamento para o e-mail [pesquisa@faminasbh.edu.br](mailto:pesquisa@faminasbh.edu.br)
- Os resumos aprovados serão selecionados para apresentação oral ou pôster
- Para o resumo em forma de pôster, quanto a sua confecção deverá atender a dimensão: largura de 90 cm e altura de 90 cm a 120 cm;
- Estruturação do pôster: cabeçalho (título, nome dos autores, instituição dos autores, cidade, estado e país), dados da pesquisa (Introdução, Materiais e métodos, Resultados e discussão, Conclusão, Referências). Todos os autores deverão estar presentes, sendo obrigatória a presença do 1º autor do trabalho durante todo o tempo de exposição do pôster;
- Apresentação oral: deverá ser ministrada pelo primeiro autor e terá duração máxima de 10 minutos, seguidos de mais 10 minutos de arguição oral.
- A participação dos discentes da FAMINAS no ENIC-BH 2013 terá o cômputo de horas em atividades complementares, conforme o manual de atividades complementares do departamento de Extensão.
- A exemplificação da estruturação dos resumos se encontra no Anexo A;
- O local e dia da apresentação serão divulgados junto com a programação do evento;
- O certificado de apresentação do resumo em forma de pôster e oral será entregue no último dia, na cerimônia de encerramento do evento;
- Os resumos apresentados no evento e publicados deverão ser de total conhecimento dos discentes e orientadores autores, sendo de responsabilidade dos mesmos as informações contidas no trabalho;
- Os dias do II ENIC-BH são considerados letivos para efeito de frequência dos alunos da FAMINAS-BH.

**AValiação DOS TRABALHOS**

A avaliação dos trabalhos do ENIC-BH 2013 será realizada por professores e pesquisadores através de uma ficha de avaliação, com pontuação de 100 pontos, de acordo com itens descritos na ficha de avaliação, apresentada no anexo B. Serão selecionados 40 (quarenta) melhores trabalhos. Os autores receberão um certificado pela premiação.

**ENIC-BH<sub>2013</sub>****II ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS-BH****II ENCONTRO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS-BH****BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS – BRASIL 24 E 25 DE OUTUBRO DE 2013****PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS**

A comissão Avaliadora selecionará dentre os quarenta melhores trabalhos, 10 (dez) trabalhos do ENIC-BH 2013, que terão direito a 1 (uma) bolsa de iniciação científica para o ano letivo de 2014, de acordo com a Política de Pesquisa da FAMINAS-BH. A bolsa será dada aos trabalhos de discentes, com orientação de um docente da FAMINAS-BH.

A participação do discente no processo de bolsa de Iniciação Científica está vinculada a regulamentação da sua matrícula no ano de 2014. Os discentes cursando o último período de Graduação não terão direito a Bolsa de Iniciação Científica em 2014. Os discentes que apresentarem mais de um trabalho só terá direito a uma única bolsa de Iniciação Científica por projeto.

**ENVIO DOS TRABALHOS****NORMAS PARA SUBMISSÃO DE RESUMO**

Os resumos referentes às comunicações do Encontro de Iniciação Científica serão publicados nos Anais do II ENIC-BH 2013, em CD-ROM, com parecer de aceito e revisados pela Comissão Científica. A validação dos resumos para efeito de contagem como horas de Atividades Complementares para os autores discentes da FAMINAS-BH só ocorrerá com a apresentação em pôster ou oral dos mesmos no evento. O resumo apresentado deverá ser elaborado, com limite mínimo de 8600 e máximo de 17200 caracteres.

Orientações:

- a) os autores devem atender criteriosamente o edital divulgado pela FAMINAS-BH;
- b) o resumo deverá constar no máximo seis autores, incluindo o(s) orientador (es);
- c) a formatação do resumo deverá conter letra Arial, fonte 12, espaçamento 1,5 entre as linhas e com margens configuradas: superior e esquerda(3cm), inferior e direita (2cm);
- d) a produção textual deverá conter introdução, material e métodos, resultados e discussão, conclusão, referências;
- e) se houver figura deverá ser em formato jpg, wmf ou emf, com resolução mínima de 300 dpi's e com o máximo 3 cm de altura.
- f) os resumos deverão atender o eixo temático apresentado para o evento, conforme o edital divulgado pela FAMINAS-BH;
- g) o título deverá ser inserido com fonte 12, espaçamento 1,5 entre as linhas, centralizado e negrito;
- h) os nomes dos autores devem ser inseridos com fonte 12, espaçamento 1,5 entre as linhas, centralizado, com o último sobrenome em letras maiúsculas e negrito, indicando entre parênteses as siglas IC (Iniciação Científica) para aluno e PQ (Pesquisador) para orientador e co-orientador, indicando, ainda, o e-mail do autor principal. Exemplo:  
Carlos de **SOUZA** (IC – email)<sup>1</sup>, Lúcio **LIMA** (IC)<sup>2</sup> e Mário **SILVA** (PQ)<sup>3</sup>
- i) observando os expoentes numéricos ao final do nome de cada autor indique o(s) curso(s) e a(s) instituição (ões) dos autores, com fonte 12, espaçamento 1,5 entre as linhas, centralizado. Exemplo:  
<sup>1</sup>Curso de Biomedicina FAMINAS-BH; <sup>2</sup>Curso de Serviço Social FAMINAS-BH; <sup>3</sup>Faculdade de Minas-FAMINAS-BH, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG
- j) as palavras-chave devem ser inseridas com fonte 12, espaçamento 1,5 entre as linhas, justificado. No máximo cinco palavras, separadas entre si por ponto e com a primeira letra maiúscula. Exemplo:  
**PALAVRAS-CHAVE:** Administração. Gestão Participativa. Liderança.
- k) as referências devem ser elaboradas de acordo com a ABNT NBR 6023:2002, fonte 12, espaçamento simples (Anexo C);
- l) a área do trabalho deve constar após as referências, com letras minúsculas, negrito, conforme a tabela de áreas do conhecimento do CNPq (Anexo D). Exemplo:

**Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração**

**ANEXO A – EXEMPLO DE RESUMO**

**APLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE: UMA PESQUISA DE  
OPINIÃO COM PARTICIPANTES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

Xxxxxxx **OLIVEIRA** (IC – xxxxx@xxxx.com)<sup>1</sup>, Xxxxx **BAIA**(IC)<sup>2</sup> e Xxxxxxx **RECH**(PQ)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Curso de Administração FAMINAS-BH; <sup>2</sup>Curso de Administração FAMINAS-BH;

<sup>3</sup> Faculdade de Minas – FAMINAS – Belo Horizonte/MG

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano diretor. Política pública. Espaço urbano. Gestão ambiental.

**INTRODUÇÃO:** na visão mais humanista de compreender o espaço, estudos científicos aplicados na área de Gestão Ambiental ganham novas reflexões acerca da sustentabilidade dos usos, principalmente quando se trata da articulação de culturas, valores e desenvolvimento. Nessa variável, o objeto de investigação, aqui apresentado, se refere ao Plano Diretor do município de Belo Horizonte-MG, elaborado em 1996, com destaque ao espaço urbano sob a ótica da Gestão Ambiental. O Plano Diretor é uma determinação legal normalizado na Constituição Federal do Brasil de 1988, através do artigo 182, parágrafo 1º, transcrito: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” (BRASIL, 2006, p.135). A Constituição Federal do Brasil trata em seu Art. 30 as competências para zelar, legislar e executar as Políticas públicas. De acordo com Vitte (2005, p.232) “a gestão publica pode ser entendida como a situação em que o Estado assume seu papel de gestor e articulador de políticas públicas por meio de instancias político – administrativas”. Neste campo, segundo Dias (2009, p. 91) “O Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política ambiental [...]”. A gestão pública ambiental utiliza de instrumentos que auxiliam as políticas com propósito de evitar e/ou minimizar problemas ambientais. Ribeiro (2009, p.16) explica que “A ação ambiental realiza-se por meio de diversos tipos de instrumentos: repressivos, de resolução de conflitos;

preventivos, associativos; fundamentados no mercado, como os incentivos econômicos.” Desta forma, o planejamento com o propósito ao desenvolvimento urbano deve estar condicionado à manutenção da ordem natural, sem prejuízos a ordem do meio ambiente, mas com a possibilidade de avanços do progresso. Em 2001 o congresso brasileiro aprovou a lei 10.257 denominada Estatuto da Cidade que estabelece em seu parágrafo único “[...] normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. (BRASIL, 2001, p.1)

A lei 7165 de 27 de agosto de 1996 instituiu o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Em seu artigo primeiro prevê a sua importância como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano. Por meio do orçamento participativo a administração pública envolve os cidadãos no planejamento da cidade. Em Belo Horizonte essa forma de administrar foi criada em 1993 e hoje são três as modalidades: “Orçamento Participativo Regional, Orçamento Participativo da Habitação e o Orçamento Participativo Digital”. (BELO HORIZONTE, 2012, p.1). Como pressuposto de estudo, o município de Belo Horizonte tem um grande desafio a vencer no que tange o uso e ocupação do solo, pois as pessoas buscam melhores condições de vida e encontram na cidade uma oportunidade de construir uma vida melhor, contudo, o constante crescimento da cidade leva muitas pessoas a fixarem seus domicílios em áreas inapropriadas, desordenada e sem infraestrutura básica, constituindo risco para os moradores e para a cidade. Neste parâmetro, o estudo, aqui proposto, tem o propósito de avaliar a contribuição do Plano Diretor e sua aplicabilidade no espaço urbano de Belo Horizonte-MG e aferir a sua relevância como ferramenta para subsidiar o planejamento da gestão ambiental municipal.

**MATERIAL E MÉTODOS:** a investigação estruturou-se na pesquisa descritiva e exploratória. Os parâmetros de análise do Plano Diretor de Belo Horizonte – MG foram pontuados através do método qualitativo e quantitativo, através de uma planilha aplicada em campo no período de 30/08/2012 a 06/09/2012 abrangendo as nove regiões de Belo Horizonte sendo Barreiro, Centro - Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Os indicadores utilizados foram metodologia, cenário real e pesquisa. A figura 1 ilustra o direcionamento da aplicação, apresentando os elementos observados para cada indicador, os parâmetros de análise (participação da comunidade, diagnóstico de elaboração, ações governamentais) e critérios de análise.

Figura 1 – Parâmetros de análise do Plano Diretor de Belo Horizonte - MG

Indicadores	Elementos observados	Participação da comunidade	Diagnóstico de elaboração	Ações governamentais	Nenhum 0	Baixo 1	Médio 3	Alto 6	Classificação no conjunto
Metodologia	Métodos	6,67	7,44	7,89			X		7,53
	Instrumentos utilizados	6,88	8,11	7,78			X		
Cenário real	Oficinas participantes	7,22	7,00	7,11			X		6,69
	Demografia	5,57	7,63	8,00			X		
	Urbanização	8,44	8,33	6,89				X	
	Dinâmica imobiliária	5,88	7,44	6,89			X		
	Habituação	8,33	7,50	5,25			X		
	Finanças municipais	6,38	7,56	7,22			X		
	Uso e ocupação do solo	5,44	7,44	6,56			X		
	Legislação aplicável	5,63	7,44	7,11			X		
	Patrimônio ambiental cultural	5,89	7,38	6,67			X		
	Patrimônio ambiental artificial	6,11	7,11	6,56			X		
	Instrumentos ambientais	5,00	6,22	6,33			X		
Pesquisa	Projetos	6,14	7,71	8,14			X		6,76
	Parcerias educacionais	4,89	6,00	6,33			X		
<b>Média final de aplicabilidade do Plano Diretor</b>									<b>6,99</b>

Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012)

-  Consenso de nota 0 (zero) a 10 (dez) dos nove participantes - média aritmética
-  Definição dos pesos – média ponderada
-  Classificação no conjunto – média aritmética
-  Aplicabilidade do Plano Diretor – média aritmética final

Para cada parâmetro de análise foi utilizada uma fórmula, seguida de quatro etapas. A primeira etapa foi atribuída ao consenso de nota 0 (zero) a 10 (dez) de cada elemento observado dos indicadores em análise, utilizando a média simples de aplicabilidade (MSA) através da soma das notas (SN), dividido pelo número de elementos observados (NE). A figura 2 descreve o processo.

Figura 2 – Fórmula da média simples de aplicabilidade

$$MAS = SN/NE$$

Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012).

A segunda etapa abordou-se o peso para cada variável dos elementos observados, utilizando uma escala de hierarquização. Foi utilizada a média ponderada de aplicabilidade (MPA), caracterizada pelo resultado da média simples de aplicabilidade (MSA), multiplicado pelo peso e dividido pela soma dos pesos (SP). A figura 3 explica o contexto.

Figura 3 – Escala de hierarquização e fórmula da média ponderada

- Nenhuma significância – 0 (peso 0)
- Baixa significância – abaixo de 5 (peso 1)
- Média significância – 5 a 7 (peso 3)
- Alta significância – 8 a 10 (peso 6)
- $MPA = MSA \times P + MSA \times P + MSA \times P/SP$

Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012).

A terceira etapa correspondeu à classificação de cada indicador em conjunto através da média aritmética simples dos indicadores (MSI) a partir da soma das notas dos elementos observados do indicador (SNE), dividido pelo número de elementos observados do indicador (NE). A figura 4 aborda a explicação.

Figura 4 – Classificação dos indicadores em conjunto

$$MSI = SNE/NE$$

Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012).

A quarta etapa apresentou à classificação da aplicabilidade do Plano Diretor de Belo Horizonte – MG através da média final de aplicabilidade (MFA), partindo da soma da classificação de todos os indicadores (SI), dividido pelo número de indicadores (NI). Para a análise da aplicabilidade do Plano Diretor foi utilizada uma escala de classificação. A figura 5 exemplifica a abordagem.

Figura 5 – Escala de classificação

Nenhuma aplicabilidade – (NA): 0 (zero)  
 Baixa aplicabilidade – (BA): abaixo de 5  
 Média aplicabilidade – (MA): 5-7  
 Alta aplicabilidade – (AA): 8 a 10

Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012).

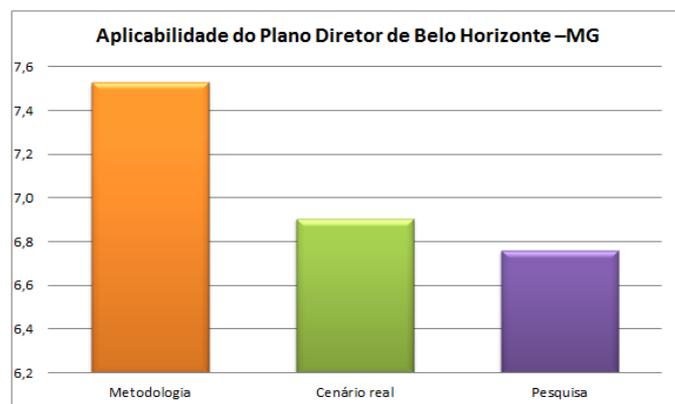
Na aplicação além da descrição do plano diretor utilizou-se também o caderno de metodologia e diretrizes do orçamento participativo, 2011/2012, (BELO HORIZONTE, 2011, p.1-31) com intuito de aproximar o público pesquisado da matéria abordada.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** no contexto da aplicabilidade do Plano Diretor, a classificação, no conjunto, evidenciou que a Metodologia utilizada pela administração pública possui a maior nota, 7,53 enquanto o cenário real e a pesquisa ficam com a nota 6,90 e 6,76 respectivamente. Entretanto, pelo critério de aplicabilidade ambos os indicadores são classificados numa aplicabilidade média. Nos indicadores Cenário Real e Pesquisa os elementos “Instrumentos ambientais” e “Parcerias educacionais” obtiveram as menores notas; 5,85 e 5,98 respectivamente. Disso pode-se inferir que as maiores fragilidades da aplicabilidade do plano diretor de BH encontram-se nestas áreas.

A maior nota foi para o elemento “Urbanização” (8,09). Analisando apenas este elemento pode-se perceber que ele alcançou a alta aplicabilidade no que tange ao Plano Diretor. Fato que fica evidenciado por se tratar de uma capital, onde há conjunto de possibilidades e competitividade do próprio uso do espaço. A figura 6 mostra o resultado da pesquisa de campo.

Figura 6 - Aplicabilidade do Plano Diretor de Belo Horizonte – MG

INDICADORES	ELEMENTOS OBSERVADOS	MÉDIA PONDERADA	MÉDIA FINAL
<b>Metodologia</b>	Métodos	7,33	7,53
	Instrumentos utilizados	7,72	
<b>Cenário real</b>	Oficinas participantes	7,11	6,90
	Demografia	7,30	
	Urbanização	8,09	
	Dinâmica imobiliária	6,74	
	Habitação	7,35	
	Finanças municipais	7,05	
	Uso e ocupação do solo	6,48	
	Legislação aplicável	6,73	
	Patrimônio ambiental cultural	6,64	
	Patrimônio ambiental artificial	6,59	
	Instrumentos ambientais	5,85	
<b>Pesquisa</b>	Projetos	7,54	6,76
	Parcerias educacionais	5,98	



Fonte: Oliveira; Baia e Rech (2012)

Na concepção da importância do Plano Diretor aferida com média aplicabilidade, percebe-se que ainda há de evoluir as ações da administração pública municipal, conforme os dados coletados na pesquisa de campo. Os instrumentos ambientais e as parcerias educacionais alcançaram menores índices na média de consenso. Para os instrumentos ambientais verifica-se a possibilidade de estruturas, ampliar o controle das ações e disseminar as informações a população, com o objetivo de despertar a população para a importância dos instrumentos e utilizar a parceria educacional para auxiliar nessa tarefa é uma sugestão, pois as parcerias educacionais são a garantia da conscientização do cidadão para o exercício efetivo da sua cidadania.

**CONCLUSÃO:** observou-se que é preciso aumentar os valores de recursos financeiros destinado ao programa Orçamento Participativo, pois os recursos são modestos para atender as necessidades da população que se organiza de forma participativa para demandar a administração pública empreendimento, que são necessários para cada

regional. No que tange a habitação carece de mais ações municipais para minimizar o déficit habitacional que é gigantesco e crescente. Para o cenário prospectivo vislumbra-se o movimento da administração pública, no sentido de atualizar o plano diretor à realidade atual, com a proposição de alteração ao plano diretor e da lei de uso e ocupação do solo em 2000 pela lei 8.137, de 21 de dezembro de 2000 e em 2010, houve nova revisão ao Plano Diretor, com a aprovação da lei 9.959 de 2010. Durante os anos de 2011/2012 Belo Horizonte está envolvida em várias discussões com o objetivo de elaborar os Planos Diretores Regionais que são planos para as nove regionais de Belo Horizonte. Isso evidencia a consonância da administração em busca da eficiência das políticas municipais, sem perder de vista a Gestão Ambiental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Institui o Estatuto da Cidade**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: 23 abr. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 39. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

BELO HORIZONTE. Lei 7165 de 27 de Agosto de 1996. **Plano Diretor do Município de Belo Horizonte**. 1996. Disponível em: <http://bh5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/cd8446d8f87886040325679a0057652c?OpenDocument.>> Acesso em: 23 de Abr. 2012.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estatística e Indicadores**. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&lang=pt\\_BR&pg=7742&tax=20017](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&lang=pt_BR&pg=7742&tax=20017) Acesso em: 01 abr. 2012.

DIAS. Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar: instrumentos para ação**. Brasília: Universa, 2009.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: Novas contradições, novos conteúdos? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

**Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração**

# ENIC-BH<sub>2013</sub>

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS-BH

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS-BH

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS – BRASIL 24 E 25 DE OUTUBRO DE 2013

## ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO NA MODALIDADE PÔSTER

**Quanto à estética (de acordo com as normas):**

- |                                      |                      |
|--------------------------------------|----------------------|
| 1. Dimensão                          | <input type="text"/> |
| 2. Legibilidade                      | <input type="text"/> |
| 3. Estrutura e Seqüência do Trabalho | <input type="text"/> |

**Quanto ao Expositor:**

- |                            |                      |
|----------------------------|----------------------|
| 4. Capacidade de Exposição | <input type="text"/> |
| 5. Postura na Apresentação | <input type="text"/> |
| 6. Domínio do Assunto      | <input type="text"/> |
| 7. Motivação               | <input type="text"/> |
| 8. Tempo                   | <input type="text"/> |

**Quanto ao Conteúdo:**

- |                   |                      |
|-------------------|----------------------|
| 9. Aplicabilidade | <input type="text"/> |
| 10. Significância | <input type="text"/> |
| <b>TOTAL</b>      | <input type="text"/> |

Código de Identificação do Trabalho: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Obs.: Atribuir de 0 a 100 pontos em cada item.

## FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO NA MODALIDADE ORAL

**Quanto aos recursos:**

- |                          |                      |
|--------------------------|----------------------|
| 1. Utilização Correta    | <input type="text"/> |
| 2. Utilização Pertinente | <input type="text"/> |

**Quanto ao Apresentador:**

- |                            |                      |
|----------------------------|----------------------|
| 3. Capacidade de Exposição | <input type="text"/> |
| 4. Postura na Apresentação | <input type="text"/> |
| 5. Domínio do Assunto      | <input type="text"/> |
| 6. Fundamentação Teórica   | <input type="text"/> |
| 7. Tempo                   | <input type="text"/> |

**Quanto ao Conteúdo:**

- |                   |                      |
|-------------------|----------------------|
| 8. Aplicabilidade | <input type="text"/> |
| 9. Significância  | <input type="text"/> |
| <b>TOTAL</b>      | <input type="text"/> |

Código de Identificação do Trabalho: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Obs.: Atribuir de 0 a 100 pontos em cada item.



ZAMPIERI, Sérgio Luiz et al. Mapas sugeridos para implementar Cadastros Técnicos Multifinalitários para o meio rural em apoio aos sistemas integrados de gestão ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 4., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000. 1 CD-ROM.

## DOCUMENTOS JURÍDICOS

### CONSTITUIÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

### CÓDIGOS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

### OUTRO EXEMPLO (CÓDIGO MUNICIPAL)

GUANHÃES (MG). **Código Tributário do município de Guanhães**. Guanhães, MG: Prefeitura Municipal, 2003. 128 p.

### VADE MECUM

BRASIL. Código de processo penal (1941). Código de processo penal. In: ANGHER, Anne Joyce. **Vade mecum universitário de direito RIDEEL**. 8. ed. São Paulo: RIDEEL, 2010. p. 351-395.

### DECRETO

BRASIL. Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 maio 2010.

### JURISPRUDÊNCIA

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça. Agente que profere palavras de baixo calão para ofender funcionário público no exercício da função. Ap. 2003.009357-0, Rel. Juiz Walter Waltenberg Júnior. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, Ano 94, v. 840, p. 666-668, out. 2005.

**ANEXO D - Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq**

**Ciências Exatas e da Terra**

1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra  
 1.01.00.00-8 - Matemática  
 1.02.00.00-2 - Probabilidade e Estatística  
 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação  
 1.04.00.00-1 - Astronomia  
 1.05.00.00-6 - Física  
 1.06.00.00-0 - Química  
 1.07.00.00-5 - Geociências  
 1.08.00.00-0 - Oceanografia

**Ciências Biológicas**

2.00.00.00-6 - Ciências Biológicas  
 2.01.00.00-0 - Biologia Geral  
 2.02.00.00-5 - Genética  
 2.03.00.00-0 - Botânica  
 2.04.00.00-4 - Zoologia  
 2.05.00.00-9 - Ecologia  
 2.06.00.00-3 - Morfologia  
 2.07.00.00-8 - Fisiologia  
 2.08.00.00-2 - Bioquímica  
 2.09.00.00-7 - Biofísica  
 2.10.00.00-0 - Farmacologia  
 2.11.00.00-4 - Imunologia  
 2.12.00.00-9 - Microbiologia  
 2.13.00.00-3 - Parasitologia

**Engenharias**

3.00.00.00-9 - Engenharias  
 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil  
 3.02.00.00-8 - Engenharia de Minas  
 3.03.00.00-2 - Engenharia de Materiais e Metalúrgica  
 3.04.00.00-7 - Engenharia Elétrica  
 3.05.00.00-1 - Engenharia Mecânica  
 3.06.00.00-6 - Engenharia Química  
 3.07.00.00-0 - Engenharia Sanitária  
 3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção  
 3.09.00.00-0 - Engenharia Nuclear  
 3.10.00.00-2 - Engenharia de Transportes  
 3.11.00.00-7 - Engenharia Naval e Oceânica  
 3.12.00.00-1 - Engenharia Aeroespacial  
 3.13.00.00-6 - Engenharia Biomédica

**Ciências da Saúde**

4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde  
 4.01.00.00-6 - Medicina  
 4.02.00.00-0 - Odontologia  
 4.03.00.00-5 - Farmácia  
 4.04.00.00-0 - Enfermagem  
 4.05.00.00-4 - Nutrição  
 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva  
 4.07.00.00-3 - Fonoaudiologia  
 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
 4.09.00.00-2 - Educação Física

**Ciências Agrárias**

5.00.00.00-4 - Ciências Agrárias  
 5.01.00.00-9 - Agronomia  
 5.02.00.00-3 - Recursos Florestais e Engenharia Florestal  
 5.03.00.00-8 - Engenharia Agrícola  
 5.04.00.00-2 - Zootecnia  
 5.05.00.00-7 - Medicina Veterinária  
 5.06.00.00-1 - Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca  
 5.07.00.00-6 - Ciência e Tecnologia de Alimentos

**Ciências Sociais Aplicadas**

6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas  
 6.01.00.00-1 - Direito  
 6.02.00.00-6 - Administração  
 6.03.00.00-0 - Economia  
 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo  
 6.05.00.00-0 - Planejamento Urbano e Regional  
 6.06.00.00-4 - Demografia  
 6.07.00.00-9 - Ciência da Informação  
 6.08.00.00-3 - Museologia  
 6.09.00.00-8 - Comunicação

6.10.01.00-7 - Fundamentos do Serviço Social  
 6.10.02.00-3 - Serviço Social Aplicado  
 6.10.02.01-1 - Serviço Social do Trabalho  
 6.10.02.02-0 - Serviço Social da Educação  
 6.10.02.03-8 - Serviço Social do Menor  
 6.10.02.04-6 - Serviço Social da Saúde  
 6.10.02.05-4 - Serviço Social da Habitação  
 6.11.00.00-5 - Economia Doméstica  
 6.12.00.00-0 - Desenho Industrial  
 6.12.01.00-6 - Programação Visual  
 6.12.02.00-2 - Desenho de Produto  
 6.13.00.00-4 - Turismo

**Ciências Humanas**

7.00.00.00-0 - Ciências Humanas  
 7.01.00.00-4 - Filosofia  
 7.02.00.00-9 - Sociologia  
 7.03.00.00-3 - Antropologia  
 7.04.00.00-8 - Arqueologia  
 7.05.00.00-2 - História  
 7.06.00.00-7 - Geografia  
 7.07.00.00-1 - Psicologia  
 7.08.00.00-6 - Educação  
 7.09.00.00-0 - Ciência Política  
 7.10.00.00-3 - Teologia

**Linguística, Letras e Artes**

8.00.00.00-2 - Linguística, Letras e Artes  
 8.01.00.00-7 - Linguística  
 8.02.00.00-1 - Letras  
 8.03.00.00-6 - Artes

**Outros**

9.00.00.00-5 - Outros  
 9.01.00.00-0 - Administração Hospitalar  
 9.02.00.00-4 - Administração Rural  
 9.03.00.00-9 - Carreira Militar  
 9.04.00.00-3 - Carreira Religiosa  
 9.05.00.00-8 - Ciências  
 9.06.00.00-2 - Biomedicina  
 9.07.00.00-7 - Ciências Atuariais  
 9.08.00.00-1 - Ciências Sociais  
 9.09.00.00-6 - Decoração  
 9.10.00.00-9 - Desenho de Moda  
 9.11.00.00-3 - Desenho de Projetos  
 9.12.00.00-8 - Diplomacia  
 9.13.00.00-2 - Engenharia de Agrimensura  
 9.14.00.00-7 - Engenharia Cartográfica  
 9.15.00.00-1 - Engenharia de Armamentos  
 9.16.00.00-6 - Engenharia Mecatrônica  
 9.17.00.00-0 - Engenharia Têxtil  
 9.18.00.00-5 - Estudos Sociais  
 9.19.00.00-0 - História Natural  
 9.20.00.00-2 - Química Industrial  
 9.21.00.00-7 - Relações Internacionais  
 9.22.00.00-1 - Relações Públicas  
 9.23.00.00-6 - Secretariado Executivo